

Notas explicativas resumidas para publicação nos termos da Portaria nº 529, de 26 de setembro de 2019 emitida pelo Ministério da Economia.

Informações gerais e contexto operacional

A Nova Geração Comestíveis S.A. ("Casas Pedro" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na avenida Olegário Maciel, Nº 554, loja A, Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia tem como objeto social, a comercialização de produtos alimentícios, em sua maioria, a granel, por meio de rede varejista independente e possui atualmente 66 unidades no Estado do Rio de Janeiro, sendo 1 (um) Centro de Distribuição, 1 (um) Televendas e 64 lojas físicas em operação. Em 2021, a Companhia fechou o ano com 62 unidades, sendo 1 Centro de Distribuição, 1 Televendas e 60 lojas físicas em operação.

A Companhia abriu 5 novas filiais e fechou 1 filial no ano de 2022 e seu planejamento estratégico prevê a abertura de 1 nova filial em 2023.

Por oferecer produtos típicos de Natal, a Companhia tem seu volume de vendas impactado predominantemente em dezembro e por este motivo, o resultado do último trimestre do ano é sempre mais relevante. Durante o ano, também há uma variação positiva no mês do feriado da Páscoa.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 19 de junho de 2023.

Estimativas críticas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A Companhia tem efetuado a depreciação do ativo fixo com base nas taxas que a Administração considera consistentes com a vida útil dos ativos.

Em relação às benfeitorias em imóveis de terceiros e luvas em contratos de aluguel, a Companhia realiza a depreciação/amortização com base no prazo dos contratos de locação de suas lojas, que têm sido renovados periodicamente. A vida útil real pode ser diferente do prazo de locação, considerando as circunstâncias e histórico de renovação.

Valores a pagar em contratos de arrendamento

A Casas Pedro é arrendatária em contratos de locação dos imóveis onde estão instaladas suas lojas. A determinação do passivo de arrendamento pode envolver estimativas e julgamentos críticos, incluindo o prazo do arrendamento e taxa de desconto.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para perda estimada em crédito é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente para fazer frente a perdas esperadas na realização dos créditos.

A Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e, o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Provisões para contingências

A Companhia registra provisão, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos cíveis, trabalhistas e tributários que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a reivindicações legais, cíveis, trabalhistas e tributárias cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Gestão de risco

As operações da Companhia estão expostas aos riscos: de mercado (que engloba taxa de juros) de crédito e liquidez.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia e os respectivos efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como se segue:

Risco de mercado

a) Risco de taxa de juros

A Companhia possui passivos de empréstimos e ativos de aplicações financeiras, expostos a flutuação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os passivos de arrendamentos estão atrelados ao IGP-M.(Índice Geral de Preço do Mercado) e IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)

b) Risco de câmbio

O risco cambial está protegido através da contratação de instrumentos financeiros derivativos (Swap).

c) Risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito é o valor de suas contas a receber. O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operação de venda. A provisão para risco de crédito é calculada com base na análise de risco dos créditos e em perdas esperadas.

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber da Companhia não é significativo.

d) Risco de liquidez

A Administração avalia o risco de liquidez e monitora o fluxo de caixa da Companhia com o intuito de avaliar o risco de liquidez tempestivamente.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos de Contabilidade (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conforme adotados no Brasil pela aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações financeiras são apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados saldos mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Conversão em moeda estrangeira

▪ Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

▪ Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Instrumentos Financeiros (CPC 48/IFRS 9)

A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor o CPC 48/ IFRS 9, revogando o CPC 38/IAS 39 e mudando a forma de reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros, bem como alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros. A adoção ao mesmo não teve um efeito significativo nas políticas da Companhia.

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros como custo amortizado e valor justo por meio do resultado financeiro. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros

Ativos/Passivos financeiros	Classificação IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos	Custo amortizado
Passivo de arrendamentos	Custo amortizado

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em caixa, contas bancárias e investimentos com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

Para que um ativo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de variação de seu valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

Estoque

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os estoques são avaliados pelo custo médio. Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras quando aplicável, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, formação ou construção, líquido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definida são reconhecidos a valor de custo e amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Depósitos judiciais

Como consequência de discussões judiciais, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores sob judice podem ser depositados judicialmente, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. São inicialmente registrados pelo valor de desembolso do depósito e subsequentemente atualizados pelos indexadores aplicáveis quando da certeza de retorno do numerário depositado para a Companhia.

Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado e que seja provável que os benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Impostos

Impostos correntes

Ativos e passivos tributários correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados ao valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que sejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado no Brasil.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação

fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando aplicável. Os tributos e contribuições diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentar lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada, no mínimo, ao final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Confirming - convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

O reconhecimento dessa transação é feito através de uma baixa do título do fornecedor e inclusão de um novo título, com mesmo valor e vencimento, para o banco que fez a antecipação, ou seja, para Companhia muda apenas o pagamento que seria para o fornecedor e passa a ser para o banco que fez a antecipação.

Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. Os contratos de

arrendamento que foram objeto de adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos em 1º de janeiro de 2021 são, em sua totalidade, contratos de aluguéis das lojas.

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data do início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustado por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo de arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável e não houve nenhuma nova situação de endividamento que demonstrasse incremento na taxa ou variação relevante. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos

passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Reconhecimento de receita

A Companhia está no ramo do varejo no segmento de produtos alimentícios. A receita é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens.

Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis substancialmente no momento da entrega dos produtos aos clientes nas lojas. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

Receita de juros

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício.

Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; e,

- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo em até 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Espera-se liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; e,
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Segmento operacional

A Companhia possui um único segmento operacional, o segmento de varejo, que é utilizado pela administração para fins de análise e tomada de decisão. Dentro do segmento de operação, a Companhia tem diferentes canais de venda: lojas, online e atacado.

Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes

As normas novas e normas alteradas, emitidas, mas não ainda em vigor na data de reporte das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data de vigência
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement 2</i>).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023

As normas contábeis que entram em vigor em 1º de janeiro de 2023 não deverão causar efeitos materiais nas demonstrações financeiras.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Aviso da administração da Companhia

A íntegra das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2022, o parecer dos auditores independentes e o relatório da administração encontram-se na sede da Companhia à disposição dos Acionistas.